

Culturas históricas nos livros didáticos: as diferentes abordagens historiográficas do renascimento nos anos 1970-80

JÚLIA SILVEIRA MATOS * E KAROLINA PEREIRA DIAS DA COSTA **

Portanto, no presente artigo propõe-se olhar as formas como o Renascimento vem sendo representado em duas obras didáticas de autores de matrizes teóricas diferentes e perceber como suas narrativas se inscrevem em uma cultura histórica presente nos dias atuais. Analisaremos, então, como o Renascimento foi representado em livros didáticos das décadas de 1970-80, intitulados “História Moderna e Contemporânea” de autoria de José Jobson de Andrade Arruda e “História Moderna e Contemporânea” do autor Carlos Guilherme Mota, com vistas a perceber as diferentes abordagens enquanto culturas históricas, do Renascimento.

Palavras-chave: Historiografia – Renascimento – Cultura Histórica

Historical cultures in textbooks: different approaches historiographical renaissance in the years 1970-80

Therefore, this paper proposes to look at the ways the Renaissance has been represented in two didactic works of authors from different theoretical frameworks and realize how their narratives are inscribed in a culture in this historic day. Analyze, then, as the Renaissance was represented in textbooks of the decades of 1970-80, entitled “Modern and Contemporary History” by José Jobson de Andrade Arruda and “Modern and Contemporary History” author Carlos Guilherme Mota, with a view to understand the different approaches as historical cultures, of the Renaissance.

Keywords: Historiography – Renaissance – Historical Culture

* Doutora em História pela PUCRS, professora de Teoria e Metodologia da História e coordenadora do PPGH-Mestrado Profissional de História da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, jul_matos@hotmail.com.

** Acadêmica do Curso de História – Universidade Federal do Rio Grande. Pesquisa desenvolvida com apoio da FAPERGS. Sob a orientação da professora Dra. Júlia Silveira Matos. E-mail: kdias.es@gmail.com.

As formas como o Renascimento período histórico que é estudado por sua expressão artística, filosófica e cultural são no mínimo intrigantes, pois enquanto uns o apresentam como a era da razão, o nascimento das luzes, outros o narram como o berço do capitalismo e uma fase de transição. Para compreendermos essa especificidade do discurso historiográfico, devemos ter como direcionamento que o “(...) fenômeno da cultura histórica remete, sempre, a uma narrativa do passado, capaz de atribuir significados positivos ou negativos a períodos, personagens, eventos”.¹ A valoração de determinados fatos ou eventos, contribuiu para o cultivo dos maniqueísmos históricos, dividindo a História entre bons e maus, entre trevas e luz. Como afirmou a autora, a cultura histórica é um fenômeno que apresenta uma forma de narrativa histórica que atribui significados negativos e positivos àquilo que narra.

Dessa forma, ainda segundo Moraes, tal fenômeno “(...) trata-se de construir um modo de lidar com a temporalidade capaz de expressar o que Jaques Le Goff definiu como aquilo que uma dada sociedade pensa que é ou que gostaria que fosse”.² Exatamente por essa característica idealizadora do fenômeno da cultura histórica, os historiadores precisam atentar para o fato de que muitos dos discursos historiográficos solidificados estão imersos na cultura histórica. Portanto, no presente artigo propõe-se olhar as formas como o Renascimento vem sendo representado em duas obras didáticas de autores de matrizes teóricas diferentes e perceber como suas narrativas se inscrevem em uma cultura histórica presente nos dias atuais. Analisaremos, então, como o Renascimento foi representado em livros didáticos das décadas de 1970-80, intitulados “História Moderna e Contemporânea” de autoria de José Jobson de Andrade Arruda e “História Moderna e Contemporânea” do autor Carlos Guilherme Mota, com vistas a perceber as diferentes abordagens enquanto culturas históricas, do Renascimento.³

Para Nicolau Sevcenko, o Renascimento marca, para a sociedade Ocidental, o início da chamada Idade Moderna. A Idade Moderna foi, em certos pontos, uma continuação da Idade Média – deu-se continuidade aos estudos voltados para a compreensão do homem, e suas consequências refletem a visão que temos ainda hoje, como bem demonstrou Quentin Skinner. Porém, o que marca a transição do medievo para o moderno é a formação de uma mentalidade marcada pela dúvida, pelo empirismo e pela quebra de paradigmas, antes sempre voltada para a Igreja. O homem – representando-se como moderno – começou a representar-se em grande parte das produções intelectuais e artísticas.⁴

Ao discorrermos, mesmo que brevemente, sobre as formas de auto representação, logo nos vem a mente as pinturas e esculturas renascentistas, entretanto, essas formas de expressão e representação dos homens renascentistas não ficaram enclausuradas na Idade Moderna, em museus ou acervos, pois se perpetuam no presente através dos livros didáticos tanto de História quanto de Artes. Os livros didáticos são a principal ferramenta utilizada para mediar o conhecimento entre os professores e os estudantes nas salas de aulas. Devemos perceber que na maioria dos casos o livro didático é o primeiro contato dos alunos com as imagens do Renascimento e suas obras artísticas e, a partir dele e das aulas, constroem seus olhares sobre esse passado.

1 Renata Figueiredo Moraes. ‘Memórias e história da Abolição: uma leitura das obras didáticas de Osório Duque-Estrada e João Ribeiro’. In: Martha Abreu, Raquel Soihet e Rebeca Gontijo (orgs). *Cultura Política e leituras do passado*. Historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 251.

2 Idem.

3 José Jobson de Andrade Arruda. *História Moderna e Contemporânea*. 9ªed. São Paulo: Ática, 1978. Carlos Guilherme Mota. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Ed. Moderna, 1986.

4 Nicolau Sevcenko. *O renascimento*. 6ª Ed. Campinas: Editora Estadual de Campinas, 1988.

Isto porque compreendemos que os livros didáticos são “(...) o material disponível, e de uso generalizado em nossas escolas, muitas vezes até por ser o único material impresso de que o aluno e até mesmo a escola e o professor dispõem”.⁵ Em concordância, afirma Circe Bittencourt, que os livros didáticos são “os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da ‘tradição escolar’ de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos”.⁶ Essa posição de “principal recurso” ou até mesmo único, adquirido pelo livro didático, conforme apresentado por Penteado e Circe Bittencourt, alerta para duas questões: a primeira é que o livro é inegavelmente um recurso fundamental para docentes desprovidos de outros meios, como internet e até bibliotecas estruturadas.

De acordo com Ana Maria Monteiro os livros didáticos são utilizados pelos docentes “(...) como fonte de orientação para explicações desenvolvidas nas aulas, como apoio ao planejamento e sugestões para avaliações, como material de estudo e atualização”.⁷ Conforme afirmaram as autoras, o livro didático é um recurso lúdico através das imagens que apresenta, de texto pelos conteúdos e as formas como são distribuídos e principalmente de planejamento, pois sem o apoio de outros materiais, os professores se fundamentam na distribuição dos conteúdos no livro didático para pensar seu plano de conteúdos na Escola.

Sendo assim, em concordância com Circe Bittencourt, o livro didático “... continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos que, (...), consideram-no referencial básico para o estudo (...)”⁸. Conforme a autora, o livro didático não é visto como referência para o ensino apenas pelos professores, mas também pela sociedade, ou seja, pelos pais e pelos próprios estudantes. Dessa forma, o livro adquiriu com o passar dos tempos um *status* dentro da escola e do sistema educacional, que o coloca em destaque na prática dos professores.

A segunda questão se centra na percepção de que quando o livro didático se torna o único ou o principal recurso, seja didático, ou de apoio pedagógico do professor, sua estrutura ideológica se torna hegemônica dentro da sala de aula na qual é utilizado. Isso porque o livro didático como produto cultural transmite os posicionamentos de seus autores. Para Circe Bittencourt, os livros didáticos são produtos de difícil definição, “(...) por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo”.⁹ A imbricação de diversos sujeitos do processo de produção dos livros didáticos, como apontou Bittencourt, demonstra o quanto são materiais imersos em uma face ideológica que transcende a visão do autor, mas adentra os meandros das expectativas de mercado.

Sobre a face ideológica do livro didático, discorreu Ana Maria Monteiro “(...) os autores de livros, ao produzirem suas obras, expressam leituras, posicionamentos políticos, ideológicos, pedagógicos, ‘selecionam e produzem saberes, habilidades, valores, visões de mundo, símbolos, significados, portanto culturas, de forma a organizá-los e torna-los possíveis de serem ensinados”.¹⁰ Tal análise, alerta para o fato que o livro didático enquanto produto de uma sociedade de consumo deve ser estudado enquanto meio de veiculação ideológica, seja ela oficial ou pedagógica. Portanto, o livro didático é o principal veículo pelo qual os sujeitos conhecem e reconhecem o Renascimento e suas características, afinando ali um olhar para a arte e constituindo uma arcabouço conceitual sobre as formas de representação do passado.

5 Heloisa Dupas Penteado. *Metodologia do Ensino de História e Geografia*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 234.

6 Circe Bittencourt. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 299.

7 Ana Maria Monteiro. ‘Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de História. In: Helenice Aparecida Rocha, Luís Reznik, Marcelo de Souza Magalhães (orgs.) *A História na escola*. Autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 175.

8 Circe Bittencourt. *Op. cit.*, p. 71.

9 Circe Bittencourt. *Op. cit.*, p. 301.

10 Ana Maria Monteiro. *Op. cit.*, p. 176.

Assim, a ideia de que o Renascimento é um divisor de águas aparece como algo indiscutível no texto de Sevcenko e em outros livros didáticos, como veremos, e isso nos leva a perceber que "(...) o modo como a história, inscrita nas consciências e nas vidas dos indivíduos, é escrita segundo procedimentos de controle crítico".¹¹ A simples comparação entre o homem medieval e o moderno serviu de base para que, assim como analisou Rüsen, se constituísse uma base para controle da produção do conhecimento crítico sobre o Renascimento. Apenar de Rüsen estar analisando o próprio fenômeno da consciência histórica, e não a historiografia sobre o Renascimento, sua afirmação nos auxilia a compreendermos que a representação desse momento histórico se interpõe como uma cultura histórica solidificada e inquestionável, pois está historiograficamente construída.

Com isso, a pesquisa justifica-se para uma compreensão de como, na produção de livros didáticos, diferentes culturas históricas conduzem abordagens diversas sobre o mesmo conteúdo histórico, em nossa análise especificamente o Renascimento. Os livros didáticos "História Moderna e Contemporânea" de Arruda e "História Moderna e Contemporânea" de Mota, demonstram como diz a pesquisadora Circe Bittencourt, que:

Conhecer e acompanhar as principais tendências da produção historiográfica não é apenas uma questão de caráter teórico, mas trata-se também de uma necessidade prática, porque é com base em uma concepção de *história* que podemos assegurar um critério para uma aprendizagem efetiva e coerente.¹²

Conforme discorreu a autora, as diferentes formas de apresentação dos conteúdos históricos influem diretamente no processo de ensino-aprendizagem e na constituição da aprendizagem histórica. Isso, porque seria através das diferentes vertentes historiográficas apresentadas pelos autores que perceberíamos diferentes explicações para um mesmo fato histórico. Dessa forma, analisar como Jobson Arruda e Carlos Guilherme Mota, em seus livros didáticos, apresentam diferentes abordagens historiográficas sobre o Renascimento e o início da Idade Moderna nos auxiliará a compreender como se solidificaram na literatura didática brasileira duas abordagens distintas sobre esse tema que se perpetuaram nas produções posteriores.

A partir dessa perspectiva, selecionamos as obras já citadas por suas características teóricas. A primeira, de autoria de Arruda, apresenta um direcionamento teórico claramente marxista com emprego de conceitos e abordagem dos fenômenos através do uso de entidades coletivas. Enquanto que o segundo livro, de autoria de Carlos Guilherme Mota, tem uma abordagem mais humanista e cultural, centrada na análise dos fenômenos próprios das mentalidades e nas suas consequências materiais, deixando a pista de uma influência da Nova História em sua narrativa histórica.

Podemos compreender que o direcionamento teórico de Arruda pode ser explicado também por seu contexto de produção e formação do autor, pois o livro didático "História Moderna e Contemporânea" de Arruda¹³ foi publicado em 1978, período ainda de hegemonia das interpretações marxistas na historiografia brasileira. Também devemos levar em conta que Arruda possui graduação em História pela Universidade de São Paulo com conclusão em 1966 e

11 Jörn Rüsen. 'No caminho para uma pragmática da cultura histórica'. In: *Aprendizagem histórica*. Fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A. Editores, 2012. p. 9.

12 Circe Bittencourt. *Op. cit.*, p. 140.

13 José Jobson de Andrade Arruda: lattes.cnpq.br/2940905388475026.

doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo, concluído em 1973, ou seja, toda a sua formação ocorreu entre os anos de 1960 e 1970, período marcado pelo contexto de crise da intelectualidade e ascensão de teorias que propusessem a transformação social.

Arruda atuou em sua trajetória principalmente na área de História Moderna e Contemporânea e em História Econômica. Sua formação em História Econômica nos auxilia a compreender sua abordagem materialista dos eventos históricos e sua opção por delegar aos processos econômicos da História Moderna a causa das transformações culturais e sociais desse período. Além disso, também precisamos perceber que conforme discorreu Astor Diehl, que até os anos de 1970 a historiografia brasileira ainda estava presa a alguns conceitos dicotômicos como as relações entre centro-periferia, urbano-rural e agricultura-indústria entre outros.

Entretanto, a partir dos anos 70, surgiu na análise de Diehl, uma nova orientação e compreensão desse debate, que se referia “(...) às próprias diferenças como determinadas pelas formas impositivas mais atrasadas ou mais avançadas que o sistema adota para esta ou aquela área dependente, ou, ao contrário, pelos processos de adequação assumidos por essas respostas àquela questão”.¹⁴

Conforme apontado pelo autor, na década de 70, novas explicações de orientação marxista surgiram para os processos de interpretação históricos, especificamente da História do Brasil, mas que aqui podemos perceber através da trajetória de Arruda que influenciaram na própria formação da visão de História empregada no livro didático aqui analisado. Segundo Diehl, durante os anos 70, “o reconhecimento da evolução no debate em diversos níveis e direções é, de certa forma, a vitalidade do marxismo para desvendar a dinâmica do processo de conhecimento científico da realidade histórica”.¹⁵ Dessa forma, podemos perceber a partir da análise de Diehl, que a nova orientação marxista influenciou diretamente na forma de interpretar os processos históricos e compreendê-los. Essa orientação nos parece apresentada em forma de uma cultura histórica na obra de Arruda como analisaremos mais adiante.

O outro livro didático aqui analisado “História Moderna e Contemporânea” de Mota¹⁶ foi publicado em 1986, ou seja, nove anos depois do livro de Arruda. Mota possui Graduação em História pela Universidade de São Paulo (1963), Mestrado em História Moderna e Contemporânea pela Universidade de São Paulo (1967) e Doutorado em História Moderna e Contemporânea pela Universidade de São Paulo (1970). Apesar de sua formação ter ocorrido no mesmo período da formação acadêmica de Arruda, percebemos como tomaram em suas análises caminhos diferentes. Mota também atuou em sua trajetória na área de História Moderna, mas esse não foi o seu foco, pois se centrou mais nos estudos de História da Cultura e das Ideologias, principalmente em arquitetura, urbanismo, direito e mentalidades. Como vemos, através dessa breve análise da trajetória de Mota, vemos que em sua formação assumiu um caminho diferente do seguido por Arruda, pela ênfase na cultura.

Com uma orientação historiográfica própria dos anos de 1980, Carlos Guilherme Mota apresenta uma cultura histórica centrada na problemática das mentalidades. Nessa perspectiva, segundo Astor Diehl, “(...) a história das mentalidades tem, desde a década de 1980, um lugar garantido na historiografia brasileira, como também não é mais possível discutir-se a produção do conhecimento histórico contemporâneo sem incluir a questão das mentalidades”.¹⁷ Portanto, os diferentes momentos históricos em que os livros aqui analisados foram produzidos e publicados

14 Astor Antônio Diehl. *A cultura Historiográfica brasileira*. Década de 1930 aos anos 1970. Passo Fundo: UPF, 1999. p. 34.

15 Idem. p. 35.

16 Carlos Guilherme Mota: lattes.cnpq.br/5519730777860696.

17 Idem. p. 2015.

nos demonstram como os debates historiográficos influem e alteram as formas de abordagem dos conteúdos históricos e suas representações.

Através de uma análise nos conteúdos do Renascimento presentes nos capítulos dos livros já citados acima, poderemos perceber como foi representada a transição da Idade Média para a Idade Moderna, com o auxílio de publicações anteriores de grande relevância, como o livro “Linhagens do Estado Absolutista”, publicado pela primeira vez em 1974 e o livro “A cultura do Renascimento na Itália”, de Jacob Burckhardt, um clássico de 1860.

O livro “História Moderna e Contemporânea”¹⁸ de Arruda trás “O Renascimento” como terceiro capítulo. Partindo por um viés socioeconômico, como diz o autor na apresentação do livro: “Esta obra é uma perspectiva socioeconômica da História Moderna e Contemporânea. Nela o econômico e o social foram destacados dos aspectos político e cultural”.¹⁹ O primeiro capítulo é denominado “Transição do feudalismo ao capitalismo” e o segundo “A expansão comercial e marítima europeia”. A ordem de apresentação dos capítulos apresentados no livro de Arruda demonstra a hierarquização de ideias, na qual a formação do capitalismo, delegado em suas origens ao mercantilismo e em segundo a expansão europeia a busca por novos espaços de exploração comercial, nos revela sua abordagem materialista e socioeconômica, como o próprio autor apontou, dos processos históricos e sua representação didática.

Na direção oposta, no livro “História Moderna e Contemporânea”²⁰ de Mota, o Renascimento aparece já no primeiro capítulo. A expansão marítima europeia, capítulo que antecede o Renascimento em Arruda, aparece como um subitem em Mota: O Renascimento e as Grandes Navegações. Novamente, conforme a apresentação dos capítulos da obra, vemos que na hierarquização das ideias de Mota, o motor das transformações que demarcam a transição entre a Idade Média e a Moderna é o próprio Renascimento, ou seja, as novas visões culturais que surgiam nesse período histórico. Com abordagem historiográfica diferente de Arruda, Mota demonstra uma visão cultural dos eventos históricos e de seu encadeamento.

Mesmo considerando que Arruda na introdução do capítulo sobre Renascimento afirmou que o mesmo marcou o início dos Tempos Modernos no plano cultural, percebemos que o motor do próprio Renascimento foi econômico, conforme discorreu:

O Renascimento começou na Itália e seu desenvolvimento e difusão foram possíveis graças a uma série de circunstâncias da história italiana. Com o progresso das cidades e do comércio, muita gente enriqueceu a ponto de ficar em condições de proteger os artistas e gastar bastante com a Arte; os protetores dos artistas eram chamados mecenas. Estes acabavam conhecidos e respeitados por todos. A Arte os ajudava a conseguir créditos e a divulgar as atividades das suas empresas, contribuindo para o progresso (...). Como o fato de ser mecenas era sinal de prestígio, o interesse social uniu-se ao econômico e ao político em benefício do Renascimento.²¹

Como vemos, para Arruda, o Renascimento somente teve condições de se desenvolver porque a arte era vista como meio de divulgação das empresas e por isso muitos burgueses exerciam o mecenato, vendo neste um meio de ascensão social. Dessa forma, no capítulo, o autor,

18 José Jobson de Andrade Arruda. *Op. cit.*

19 Idem. p.31.

20 Carlos Guilherme Mota. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Ed. Moderna, 1986.

21 José Jobson de Andrade Arruda. *Op. cit.*, p. 29-30.

inicia sua análise apontando que o Renascimento surgiu nas cidades italianas, onde graças a um acúmulo de riquezas, era possível gastar com arte. E o dinheiro era gasto para que se fizesse uma “propaganda” da opulência material. Dessa forma, para o autor, o Renascimento só foi possível porque o dinheiro dos grandes mecenas impulsionaram os artistas a produzirem. Na visão de Arruda, o Renascimento torna-se somente uma forma de cultura que surgiu para expressar a nova vida econômica e social na qual as cidades italianas estavam mergulhadas.

Nessa perspectiva, em trabalho anterior à publicação desse livro, o historiador marxista Perry Anderson trabalha com a luta de classes e os resultados políticos dessas lutas, em seu livro “Linhagens do Estado Absolutista”.²² O Renascimento para Anderson, assim como vimos em Arruda, foi resultado de um processo no qual a cultura se moldou a nova forma da sociedade. Havia, na Idade Média, o modo de produção feudal, que lentamente foi se transformando e a ruptura aconteceu na formação do Estado absolutista. Segundo Anderson,

Assim, quando os Estados absolutistas se constituíram no Ocidente, a sua estrutura foi fundamentalmente determinada pelo reagrupamento feudal contra o campesinato, após a dissolução da servidão; mas ela foi secundariamente *sobredeterminada* pela ascensão de uma burguesia urbana que, depois de uma série de avanços técnicos e comerciais, evoluía agora em direção às manufaturas pré-industriais numa escala considerável.²³

Então, ele trabalha o Renascimento como um pré-capitalismo. Aliás, o Renascimento não necessariamente se destaca do todo – todas as lutas entre o senhor feudal e os camponeses, o reaquecimento do comércio pela utilização dos excedentes (e a adaptação da cultura quanto a isso), o acúmulo de riquezas, uma nova classe – dos burgueses, o fortalecimento e união dos Estados, vieram a gestar as monarquias absolutistas. Dessa forma, a análise realizada por Arruda demonstra a forma como o mesmo vê os fenômenos e seu desenvolvimento dentro de um processo Histórico.

Como afirmou Paul Ricoeur: “reflexão efetiva do historiador sobre o momento da representação incluído na operação historiográfica que ganha expressão explícita a compreensão que os agentes sociais adquirem deles próprios e do ‘do mundo como representação’”.²⁴ A própria estrutura da sequência dos capítulos, como mencionamos, demonstra suas escolhas de abordagem dos fenômenos históricos, dado aos processos econômicos e materiais de vida no Renascimento um papel determinante nas transformações de escala ideológica ou podemos dizer cultural e mental.

Se até aqui vemos que Arruda dialoga com outro historiador que demarcou a historiografia moderna e por isso se insere em uma cultura histórica de orientação marxista, perceberemos mais detalhadamente que em Carlos Guilherme Mota o Renascimento teve como propulsor outros fatores. No início de seu capítulo responde a própria pergunta: O que foi o Renascimento?

O Renascimento representou a retomada, durante os séculos 15 e 16, de formas e valores artísticos, filosóficos e políticos da *Antiguidade Clássica* (greco-latina), dando início a um

22 Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

231 dem. p.22.

24 Paul Ricoeur. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2007. p. 245.

processo de profunda renovação cultural que se faria sentir até o século 18. Esse fenômeno histórico inaugurou e definiu, de maneira nítida, os Tempos Modernos. (...) Originou-se, por volta de 1450, em *Florença*, na Itália, propagando-se depois pelo resto da Itália e Europa, ganhando características diferentes durante seu desenvolvimento. Apesar dessa diversidade, entretanto, é inegável que apresenta, sempre, uma característica básica comum: a ruptura, em maior ou menor grau, com a tradição feudal, marcadamente religiosa (teocêntrica) e imobilista (sociedade rigidamente dividida em três grupos: clero, nobreza e povo).²⁵

Como vemos, Mota analisou o Renascimento como uma retomada de valores da Antiguidade, que modificou a cultura de onde estavam inseridos e isso alterou os outros aspectos da vida em sociedade, dando início a Modernidade. Ele trabalha com a ruptura que foi causada nas mentalidades, em uma vida que antes era centrada em Deus. Em diálogo com a obra desse autor, a visão de ruptura encontra-se em Jacob Burckhardt, autor de famosas obras relacionadas ao Renascimento. Para ele,

Na Idade Média, ambas as faces da consciência – aquela voltada para o mundo exterior e a outra, para o interior do próprio homem – jaziam, sonhando ou em estado de semivigília, como que envoltas por um véu comum. De fé, de uma prevenção infantil e de ilusão tecera-se esse véu, através do qual se viam o mundo e a história com uma coloração extraordinária; o homem reconhecia-se a si próprio apenas como raça, povo, partido, corporação, família ou sob qualquer outra das demais formas de coletivo. Na Itália, pela primeira vez, tal véu dispersa-se ao vento; desperta ali uma contemplação e um tratamento objetivo do Estado e de todas as coisas deste mundo. Paralelamente a isso, no entanto, ergue-se também, na plenitude de seus poderes, o subjetivo: o homem torna-se um indivíduo espiritual e se reconhece como tal.²⁶

Na mesma direção de Mota, para Burckhardt houve a retomada dos valores da Antiguidade, entretanto, para esse autor só os italianos poderiam retomar valores da Antiguidade porque partiria de seus próprios valores representados pelas ruínas do antigo Império Romano. Então, o homem começaria a dissociar-se do coletivo. A tomada de consciência tornaria a mudança irreversível. Antes, uma massa que obedecia a Igreja tornava-se, aos poucos, seres de debates nas ruas das cidades italianas. É claro que, na visão do autor, a religião não desapareceu da vida dessas pessoas, mas a partir de tal fato, eles passaram a dar importância ao homem, a si mesmo, ao indivíduo. Prova disso é o início das representações de homens e mulheres “comuns” nas obras de arte. Assim, Tanto Mota, quanto Burckhardt retrataram o Renascimento à luz de suas respectivas visões historiográficas. Para eles o motor de toda a transformação ocorrida no processo de transição entre a Idade Média para a Moderna é a cultura.

²⁵ Carlos Guilherme Mota. *Op. cit.*, p. 3-4.

²⁶ Jacob Burckhardt. *A cultura do Renascimento na Itália*. Um ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 145.

Como vimos, a ruptura das mentalidades vista em Mota só acontece no Absolutismo para Arruda. Essa análise nos alerta enquanto docentes para percebermos que é imprescindível conhecer bem o livro didático utilizado. Afinal, é inegável que o livro didático é um importante mediador de conhecimentos nas salas de aula e é fundamental que se conheça as vertentes historiográficas dos autores. A falta de conhecimento do profissional pode levar os estudantes a visões equivocadas ou até mesmo a falta de entendimento.

É interessante percebermos também que estas visões historiográficas, presentes em livros didáticos das décadas de 70 e 80, ainda hoje não foram superadas. Acreditamos que ambas as vertentes teóricas bem explicadas, podem ser utilizadas nas salas de aula para explicar a Idade Média e como ela gestou a Idade Moderna. Porém, a força de uma cultura e seu movimento não deve ser subestimada. A própria cultura presente nas cidades italianas foi suprimida ao passo que se amalgamava com as culturas greco-latinas. Portanto, nos é interessante chamar a atenção no final desse artigo, para o fato de que muitas pesquisas ainda precisam ser feitas sobre como duas formas de abordagem historiográfica se consolidaram enquanto culturas históricas e apesar de toda a produção acadêmica sobre a temática na atualidade, ainda não foram superadas nas formas de representação dos conteúdos nos livros didáticos de História.

Artigo recebido para publicação em 11 de julho de 2013.